

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ANALFABETISMO E COMPROMISSO SOCIAL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DO PROJETO ALFABETIZAÇÃO CIDADÃ NA TRANSAMAZÔNICA

Salomão Mufarrej Hage (UFPA)

GT -12 Educação e Políticas de Inclusão Social

## Considerações Introdutórias: Apresentando o Projeto Alfa-Cidadã

O Projeto Alfabetização Cidadã na Transamazônica – ALFA-CIDADÃ consiste em uma ação educativa que envolve a Universidade Federal do Pará – UFPA, através do Centro de Educação, do Centro Sócio-Econômico e do Campus de Altamira; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; e o Movimento Social da região da Transamazônica, entre os quais encontram-se a Fundação Viver, Produzir e Preservar, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX, o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR's dos municípios atendidos.

No interior da UFPA, o Projeto ALFA-CIDADÃ se insere nas atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Rural na Amazônia – GEPERUAZ, do Centro de Educação e na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPEs, do Centro Sócio-Econômico, grupos que se encontram desenvolvendo iniciativas que promovam a elaboração e implementação de políticas educacionais e de desenvolvimento rural comprometidas com a realidade amazônica e a inclusão social das populações que vivem no campo. A partir dessas iniciativas busca-se a valorização da diversidade social, cultural e ambiental do campo amazônico, e o fortalecimento das múltiplas experiências de educação presentes na região, que se colocam na perspectiva de reverter os baixos índices de escolarização no meio rural, assegurando acesso à educação básica e superior com qualidade social.

Durante o ano de 2003, o Projeto ALFA-CIDADÃ atendeu 115 turmas realizando a formação/escolarização dos alfabetizadores e a alfabetização de 2.235 jovens e adultos, envolvendo 26 projetos de assentamentos de reforma agrária, localizados em nove municípios da Região da Transamazônica, no oeste do Pará: Altamira, Anapú, Aveiro, Brasil Novo, Itaituba, Pacajá, Medicilândia, Senador José Porfírio e Uruará. Para a realização de suas atividades educativas o projeto contou com uma equipe pedagógica de catorze formadores, onze coordenadores locais (lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios) e doze estudantes universitários.

O processo educativo desenvolvido pelo Alfa-Cidadã assume como pressupostos a base da educação popular, fundada na concepção freireana, que tem no diálogo a dinâmica fundante do processo educativo, efetivado com o intuito de gerar um impacto na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, como um instrumento para emancipação humana e construção de um projeto inclusivo, plural e democrático de sociedade.

Nesse trabalho, a experiência educativa do Alfa-Cidadã foi analisada considerando os principais desafios que o campo da educação de Jovens e adultos vivencia na atualidade, principalmente com relação à necessidade de se enfrentar os altos índices de analfabetismos ainda presentes em nosso país. A análise desenvolvida no estudo contou com a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos e publicações existentes no campo da educação de jovens e adultos, como também de uma pesquisa documental sobre a experiência de escolarização e alfabetização realizadas pelo Alfa-Cidadã.

Entre os documentos analisados encontram-se o projeto inicial do Alfa-Cidadã, o planejamento estratégico para 2003, seu projeto político-pedagógico, os relatórios trimestrais enviados ao INCRA em 2003, os três cadernos utilizados para a formação dos alfabetizadores e o site do próprio Alfa-Cidadã, que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: [www.ufpa.br/ce/geperuaz/alfa](http://www.ufpa.br/ce/geperuaz/alfa).

Para efeito de socialização dos resultados da pesquisa, esse trabalho encontra-se organizado em três momentos, assim distribuídos: desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos na atualidade; apresentação da experiência educativa do Projeto Alfa-Cidadã na Transamazônica, com destaque para o processo de formação/escolarização dos alfabetizadores e para o processo de alfabetização dos jovens e adultos; e identificação dos avanços e limites da ação educativa efetivada pelo Alfa-cidadã em 2003.

### **Refletindo sobre a importância e os desafios da Educação de Jovens e Adultos na atualidade**

A análise da realidade da Educação de Jovens e Adultos no país para ser consistente, precisa ser realizada de forma relacional, ou seja, implica em partir da compreensão de que, se hoje existem mais de 35 milhões de pessoas com mais de 14 anos que não concluíram o ensino fundamental (Ribeiro et alli, 2001), isso se deve à ampliação das desigualdades sociais em tempos de exclusão, miséria e falta de emprego, terra, de teto e de condições dignas de vida impostos a uma parcela significativa da população.

Essas situações fazem com que as pessoas mais pobres enfrentem muitas dificuldades para terem acesso à escola e nela permanecer, constituindo e ampliando cada vez mais o contingente de homens e mulheres que estuda nas turmas de EJA em todo o país.

Identifica-se assim, a estreita relação que se estabelece entre a incidência da pobreza, as restrições ao acesso à educação e a existência da EJA em nosso país, pois conforme afirma Addad e Di Pierrô (2000), a história brasileira nos oferece claras evidências de que as margens da inclusão e da exclusão educacional foram sendo construídas simétrica e proporcionalmente à extensão da cidadania política e social, em íntima relação com a participação na renda e o acesso aos bens econômicos.

Da mesma forma, a análise relacional sobre Educação de Jovens e Adultos articula a problemática enfrentada por essa modalidade de ensino a questões mais amplas que envolvem o campo educacional como: a criação do Sistema Nacional de Educação, o financiamento da educação, a função social da escola, o currículo, a avaliação e a formação de professores.

O que se pretende ressaltar é que muitos dos problemas enfrentados pela EJA na atualidade advêm de situações que extrapolam seu âmbito específico, envolvendo situações mais amplas que enfrenta a educação e as políticas educacionais implementadas em nosso país, sobretudo nesse período mais recente em que o mercado vem impondo suas prerrogativas economicistas em todos os campos da atividade humana, incluindo a educação.

Em nosso entendimento, portanto, se torna inútil fazer planos e proposições para a educação de jovens e adultos se a escola e as políticas educacionais vigentes não têm como horizonte a democracia e a inclusão social e educacional, permanecendo distantes das crianças, adolescentes, jovens e adultos, ou seja, se a escola e as políticas educacionais continuam sendo uma “fábrica” de excluídos, fracassados e analfabetos.

Há aqui todo um esforço para evidenciar e ao mesmo tempo denunciar as formas em que a educação e a escolarização contribuem para o processo de exclusão social na atualidade. A escola possui muitos mecanismos internos como: o sistema de seriação, a avaliação meritocrática e classificatória, a certificação, entre outros, que hierarquizam, discriminam e excluem as pessoas dentro dela mesma. Por outro lado, a exclusão da escola impede os homens e as mulheres de participar de forma mais efetiva na sociedade, diminuindo as

oportunidades de emprego, o acesso à informação e aos conhecimentos, e as condições das pessoas de cuidar de sua saúde, alimentação, habitação e até da educação de seus filhos.

Entre as várias situações de exclusão atualmente presentes na sociedade, destaca-se o analfabetismo como um dos fenômenos mais graves e dolorosos, que aflige muitos seres humanos no início deste novo século.

Embora tenha diminuído significativamente nos últimos anos, o analfabetismo ainda constitui-se num problema muito grave, pois segundo dados do IBGE (2001), 13,6% da população brasileira, ou seja, 17,6 milhões com mais de 15 anos de idade, não sabem ler e escrever. Na Amazônia, os índices de analfabetismo da população com 10 anos ou mais se encontra em torno de 15,5%, superando inclusive a média nacional. No Pará tais índices se elevam para 16,3%. Em ambos, a realidade se agrava mais na zona rural, em que o analfabetismo atinge 28,7% na região e no 28,5% no Estado, enquanto a média nacional é de 27,7%.

Os dados oficiais revelam ainda que 25 milhões de brasileiros e brasileiras são analfabetos funcionais, o que implica dizer que eles dominam a leitura e a escrita, mas têm muita dificuldade de empregar esses conhecimentos nas diversas situações sociais em que participam.

Na atualidade também se vem discutindo bastante sobre o analfabetismo sócio-cultural, considerando-se como tal, a incapacidade de compreender a sociedade em que se vive, suas contradições e as relações de poder que a constituem; e sobre o analfabetismo tecnológico, entendido este, como a dificuldade para operar com as máquinas, com a tecnologia e com os equipamentos da informática. (MARKEZAN, 1999)

Situações dessa natureza nos permitem compreender que mesmo com o esforço que os governos mais recentes vêm fazendo para ampliar o acesso à educação em todos os níveis e modalidades de ensino; milhões de brasileiros e brasileiras, sobretudo aqueles(as) que se inserem na faixa etária de atendimento da EJA continuam fora da escola ou, dentro dela, sem aprender, ou, ainda, aprendendo, mas não sabendo o que fazer com o que aprenderam nela, por terem sido obrigados a estudar muita coisa que não tem significado em sua vida.

Impõe-se, portanto, a necessidade urgente de uma transformação radical na escola e nas propostas e políticas educacionais vigentes, para que se possam responder às exigências de um processo de educação de jovens e adultos com qualidade social, e garantir dessa forma, os preceitos constitucionais que concebem a educação enquanto direito de todos e que estabelecem como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. (Brasil, 1988)

Nesse contexto, destacamos a necessidade de se considerar em nossas análises, nas políticas e proposições educacionais, as especificidades da EJA em relação aos demais níveis e modalidades de ensino, começando por indagar sobre “Quem são os Jovens e Adultos que constituem a EJA?”.

Em sua grande maioria os sujeitos que participam dos processos educativos que constituem a EJA são trabalhadores(as), pobres, negros(as), desempregados(as), subempregados(as), oprimidos(as), excluídos(as), etc, pessoas que na idade própria não tiveram garantido o direito de realizar o seu processo de escolarização com sucesso.

É importante reconhecer que o "olhar" que "lançamos" aos jovens e adultos que participam da EJA e à sua condição social, política e cultural, condiciona a concepção de educação que lhes é oferecida.

Quando consideramos os lugares sociais reservados aos jovens e adultos que participam da EJA pelas elites: marginais, oprimidos, excluídos, miseráveis, pobres, sem terra, sem teto, sem horizontes, etc; ou mesmo as denominações atribuídas a esses sujeitos em nossos discursos como escolares, pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, etc; constatamos com maior clareza as

implicações e a efetividade desses discursos na determinação do lugar reservado à educação dos jovens e adultos no conjunto das práticas e políticas educacionais vigentes: "o lugar da marginalidade".

Tal marginalidade se vincula à realidade existencial dos jovens e adultos, condenando-os à exclusão em vários campos da sociedade. Seus desdobramentos se expressam de forma mais específica no cotidiano das ações educativas realizadas no interior da escola, onde os jovens e adultos vivenciam muitas e diversas situações preconceituosas e discriminatórias, que os impedem inclusive de usufruir plenamente dos espaços e equipamentos presentes na escola.

Situações dessa natureza indicam que o enfrentamento desse "lugar da marginalidade" que tem sido imposto a EJA, passa pela criação de políticas, projetos e práticas educativas que considerem essa realidade de discriminação e exclusão que vivenciam os jovens e adultos e não o inverso, como tem sido predominantemente efetivado, em que se impõe aos jovens e adultos a necessidade de se adaptarem às proposições, ao currículo e mesmo às estruturas escolares produzidas para a infância e adolescência. (Addad e Di Pierrô, 2000)

Partindo dessa compreensão, precisamos confrontar radicalmente com as inúmeras situações educativas que insistem em se perpetuar ancoradas numa perspectiva compensatória, de suplência, que reduz os processos formativos que ocorrem na EJA a determinadas formalidades escolares como: conteúdos mínimos, cargas horárias mínimas, níveis, etapas, exames, verificação de rendimentos, habilidades e competências, prosseguimentos de estudos, elevação de escolaridade, etc.

Numa perspectiva bastante diferenciada, o lugar social, político e cultural pretendido pelos excluídos como sujeitos coletivos na diversidade de seus movimentos sociais articulados com o pensamento pedagógico progressista tem inspirado concepções e práticas de educação de jovens e adultos emancipatórias, criativas e promissoras nestas últimas décadas.

Nessas experiências educacionais, predomina uma visão totalizante do jovem e adulto como ser humano, que tem o direito a se formar como ser pleno, social, cultural, cognitivo, ético, estético e de memória. Nelas se concebe a educação como um direito inalienável de todos os seres humanos independente de sua idade, classe social, raça, etnia, credo, gênero, opção sexual, etc.

No processo educacional que se efetiva por meio dessas experiências, o ser humano e sua humanização assumem a centralidade, à medida que se intenciona educar para enfrentar os problemas concretos vividos pelos sujeitos, para melhorar sua qualidade de vida e formá-los enquanto sujeitos sociais emancipados que compreendem as relações sociais presentes no mundo atual e buscam a concretização de sua cidadania.

A existência dessas experiências educativas emancipatórias suscita ainda a possibilidade de compreendermos com maior clareza os reducionismos presentes em inúmeras propostas e programas atuais que se inserem no campo da EJA, os quais demonstram uma preocupação exagerada com a aprovação dos jovens e adultos para a série, a etapa ou nível educacional seguinte; com a aprovação no vestibular e nos concursos públicos e com o ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo e excludente.

É evidente que em face das profundas e rápidas transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo globalizado, no campo científico e tecnológico, no mundo do trabalho e em muitos outros setores e campos sociais; há a necessidade que a educação ocorra ao longo de toda a vida dos seres humanos e que principalmente ela não se limite ao ambiente da escola formal simplesmente.

Nesse contexto, tem-se destacado o papel da alfabetização como o processo que ao propiciar o domínio da leitura e da escrita, se apresenta como condição para que as pessoas possam exercer seus direitos de cidadania, buscar a melhoria de sua qualidade de vida, e ampliar suas oportunidades no mundo do trabalho.

No entanto, não é de qualquer processo de alfabetização que estamos falando, mas daquele que ultrapassa a simples aquisição da leitura e escrita, ou do manejo técnico de letras e palavras, constituindo-se num instrumento que ajuda a ampliar a capacidade de compreender e interferir no mundo, partindo da realidade próxima dos jovens e adultos e estimulando-os a desvelar situações e realidades ainda desconhecidas.

O processo de alfabetização que estamos defendendo, se concretiza à medida que os jovens e adultos se sentem preparados para utilizar adequadamente diferentes linguagens de expressão e comunicação; quando eles se sentem preparados para manipular diferentes fontes de informação, como livros, filmes, televisão, pessoas, etc; quando eles utilizam os conhecimentos de leitura e escrita para transformar em alguma medida sua condição de vida, incorporando a linguagem escrita em sua vida.

Essa concepção mais abrangente de alfabetização, sugere uma revisão dos objetivos da alfabetização de adultos nos moldes da silabação, que insistem em priorizar o ensino do "bê-a-bá"; a decodificação das palavras em sílabas e das letras em sons; a memorização das relações entre as letras e os sons; ou ainda o ato mecânico da escrita, enquanto cópia, sem significado.

Tem sido com base nessa compreensão, que o Projeto Alfabetização Cidadã na Transamazônica vem construindo sua experiência de alfabetização dos jovens e adultos que vivem nos assentamentos da reforma agrária dessa região, entendendo que a mesma só ganha sentido, na vida dos jovens e adultos quando eles aprendem algo mais que juntar letras, como ler e escrever com autonomia para interpretar as situações sociais presentes na atualidade e dialogar com os demais seres humanos ampliando dessa forma, o processo de socialização e comunicação humana.

### **A Experiência Educativa do Projeto Alfabetização Cidadã na Transamazônica**

A proposta educativa do Alfa-Cidadã orienta-se pelos princípios da educação popular, ao constituir-se enquanto um processo de constante reflexão-ação sobre a prática e pautar-se no entendimento da educação como um diálogo entre educador e educandos, *em que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo conhecimento* (Freire, 1997).

Entre os princípios norteadores dessa concepção de educação, explicitados no projeto político-pedagógico do Alfa-Cidadã (2003) destacam-se:

- a. **Construção de um projeto de sociedade inclusiva, plural e democrático** – A luta por melhores condições de vida, trabalho e o engajamento no processo de transformação social, levam homens e mulheres a se educarem no interior desta luta enquanto agentes sócio-históricos de construção de uma sociedade inclusiva, justa, democrática e igualitária.
- b. **Prática social como elemento estruturante do processo educativo** – O eixo central do processo educativo é a realidade social. O princípio de que o aprendizado dos conteúdos das áreas do conhecimento quando articulados com a experiência de vida, trabalho e luta social, possibilita a análise e compreensão da complexidade da realidade, que ao ser compreendida torna-se objeto da transformação social.
- c. **Construção coletiva do conhecimento** – O processo educativo é assumido pelo coletivo. Há uma troca de saberes, experiências, cria-se um espaço de aprendizagem colaborativa respeitando-se as diferenças, as diversidades, as individualidades, baseado na dialeticidade e no diálogo, na interação em igualdades de condições, na apropriação do conhecimento enquanto um bem coletivo.
- d. **Valorização da pessoa humana e dos seus saberes** - Os educandos, trabalhadores e trabalhadoras do campo possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos, conhecimentos oriundos da sua formação pessoal, da sua prática no trabalho e das suas vivências nos vários espaços sociais em que participam. Este conjunto de saberes deve ser considerado no processo

educativo e articulado com os novos conhecimentos trazidos pela escola, propiciando o avanço na construção e apropriação do conhecimento por parte dos educandos e dos educadores.

Durante o ano de 2003, o Projeto ALFA-CIDADÃ realizou a formação/escolarização de alfabetizadores e a alfabetização de jovens e adultos em assentamentos de reforma agrária da Transamazônica, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania do homem e da mulher do campo. De forma sucinta, apresentaremos a seguir os princípios básicos que orientam cada um desses processos.

## 1 - O Processo de Formação dos Educadores(as)/ Alfabetizadores(as)

O processo de formação dos educadores/alfabetizadores no âmbito do Projeto Alfa-cidadã tem sido realizado com a participação dos estudantes universitários e dos coordenadores locais (lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais) que participam do projeto, constituindo-se em espaços coletivos de construção/ reconstrução do conjunto de conteúdos curriculares selecionados pela equipe de formadores do projeto para subsidiar uma intervenção que se pretende significativa no processo de alfabetização cidadã de jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Esse processo de formação efetivou-se através de discussões dialogadas, tendo como proposição central a reflexão em torno da produção do conhecimento.

O eixo central das reflexões realizadas durante o processo de formação focalizou a relevância social da alfabetização, que deverá ser pautada nas experiências sociais e de trabalho dos alfabetizadores e das alfabetizadoras e na especificidade das culturas locais e sua relação com outras culturas.

Por esse motivo, definiu-se como tema gerador central do projeto Alfa-Cidadã: “**Trabalho e Organização na Amazônia Rural**” e a partir dele, foram selecionados os conteúdos curriculares para a realização do processo de formação dos Educadores/alfabetizadores, organizando-os em três eixos temáticos fundantes, que no entendimento da equipe de formação do projeto, congregaram os conhecimentos necessários para que esses educadores/alfabetizadores pudessem conduzir o processo de alfabetização cidadã na região da Transamazônica, conforme são explicitados a seguir:

**Eixo I: Amazônia Rural no Contexto Social Contemporâneo.** Nesse eixo foram incluídos os seguintes conteúdos curriculares: questões históricas, econômicas, sociais, geopolíticas, culturais e relação urbano/rural na Amazônia; formas de trabalho e de produção da Amazônia; desenvolvimento regional integrado, sustentabilidade e agricultura familiar; política agrária e agrícola; e concepções de sociedade e do agrário.

**Eixo II: Educação e Organização Social no meio Rural.** Esse eixo envolve os seguintes temas para estudo: movimentos sociais, sindicais, ONGs, e organizações camponesas na Amazônia; trajetória da educação rural no Brasil; a concepção freireana de educação; e alfabetização e cidadania no meio rural.

**Eixo III: Alfabetização do Trabalhador e da Trabalhadora do Campo.** No âmbito desse eixo encontram-se as seguintes temáticas: Indicativos para a construção do currículo via tema Gerador; metodologia do ensino de linguagem; indicativos para a construção do ambiente alfabetizador; reflexões sobre a oralidade e a memória dos sujeitos do campo; metodologia do ensino de matemática; fundamentos e práticas do Planejamento participativo; Avaliação emancipatória.

Durante o desenvolvimento do projeto, o processo de formação dos educadores/alfabetizadores ocorreu em três módulos de 100 horas cada um deles, perfazendo um total de 300 horas. Durante a realização dos módulos de formação dos educadores/alfabetizadores os conteúdos curriculares discriminados nos eixos explicitados

anteriormente foram trabalhados de forma articulada, aprofundando-se os temas relacionados à realidade amazônica à luz da proposta freireana de educação, envolvendo a produção de jogos e materiais didáticos que favorecessem o processo de apropriação da leitura e da escrita por parte dos alfabetizandos.

Neste sentido, a listagem dos temas efetivada nos três eixos fundantes que constituem o currículo do Alfa-cidadã; deu-se com o objetivo de explicitar a amplitude de conhecimentos necessários à formação do educador/alfabetizador que desenvolverá o processo de alfabetização cidadã na Transamazônica; e não com a intenção de que no processo de formação dos educadores/alfabetizadores tivéssemos que vencer os conteúdos programáticos, trabalhando de forma seqüencial, nos vários módulos, os conteúdos curriculares definidos nos eixos.

Muito pelo contrário, a intenção da equipe de formadores do projeto consistiu em planejar um conjunto de atividades pedagógicas que possibilitassem aos educadores/alfabetizadores acumular os conhecimentos definidos em cada um dos eixos de forma articulada, o que significou se apropriar do conjunto de questões que permeiam a realidade amazônica na atualidade, com ênfase nas especificidades relacionadas à Transamazônica, utilizando-se da proposta freireana de educação para favorecer a leitura de mundo e a leitura da palavra dos alfabetizadores, enriquecida pela produção de materiais e recursos didáticos que auxiliassem esses mesmos alfabetizadores a se tornarem competentes para atuar no processo de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os educadores/alfabetizadores foram preparados através de cursos presenciais e acompanhados e avaliados periodicamente pela equipe de formadores em conjunto com os coordenadores locais e os estudantes universitários, visando à apropriação dos conhecimentos definidos nos eixos temáticos e sua atuação como educador(a)/alfabetizador(a).

Em relação à apropriação dos conhecimentos dos eixos temáticos, a avaliação dos educadores/alfabetizadores desenvolveu-se durante todo o projeto, incluindo-se atividades de produção de textos, relatórios e atividades práticas durante a realização da formação.

A avaliação da atuação do educador/alfabetizador junto a seus alfabetizandos foi efetivada pelos estudantes universitários em conjunto com o coordenador local levando-se em consideração os seguintes itens: a opinião dos alfabetizandos com relação à ação do alfabetizador no processo de alfabetização, a observação realizada sobre a ação dos mesmos nas visitas de acompanhamento, incluindo o seu envolvimento e participação nos três módulos de formação, como também, através de um processo de auto-avaliação em que, os alfabetizadores explicitaram seus avanços, desafios e limitações no desempenho de suas atividades.

## **2 - O Processo de Alfabetização cidadã dos Jovens e Adultos no âmbito do Projeto Alfa-Cidadã**

O processo educativo desenvolvido na alfabetização de jovens e adultos pelo Alfa-Cidadã se efetivou através de um diagnóstico inicial do nível de conhecimento dos alfabetizandos, o qual subsidiou a elaboração do currículo que foi viabilizado no processo de alfabetização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Nos primeiros encontros com os alfabetizandos, os alfabetizadores com o apoio de uma equipe de formadores e com o assessoramento dos estudantes universitários que acompanham as turmas, realizaram diálogos coletivos e entrevistas individuais que oportunizaram o conhecimento da realidade dos mesmos, coletando seus problemas, suas expectativas, suas falas significativas e acima de tudo, diagnosticando o nível de conhecimento deles em relação à leitura e escrita.

Esse processo foi complementado com uma pesquisa de campo sócio-antropológica que os alfabetizadores fizeram no assentamento onde os alfabetizandos residem para o conhecimento mais aprofundado da vida, das experiências, da história e do cotidiano dos mesmos.

A partir das entrevistas individuais e em grupo com os alfabetizandos, como também da realização da pesquisa de campo, os alfabetizadores juntamente com os estudantes universitários, os coordenadores locais e a equipe de formadores se reuniram-se para realizar o planejamento curricular, selecionando os conteúdos que foram desenvolvidos durante o curso. Neste processo, foram definidos os Temas Geradores, que expressavam as problemáticas mais significativas enfrentadas pelos alfabetizandos. Esses temas, quando inter-relacionados constituem a Rede Temática, que passa a ser um instrumento pedagógico indispensável para a construção de qualquer programação ou atividade a ser desenvolvida no processo de alfabetização.

Após a Seleção dos Temas Geradores e tomando como referência a Rede Temática construída, os alfabetizadores, com a assessoria dos estudantes universitários, dos coordenadores locais e da equipe de formadores, ponderaram sobre a viabilidade de abordá-los, de acordo com o nível de aprendizagem dos alfabetizandos. Passou-se então à elaboração de questões geradoras, que definiram a amplitude e a profundidade das programações e atividades.

Os Alfabetizadores, partindo das "falas" dos alfabetizandos e das questões geradoras, iniciaram a seleção dos conhecimentos científicos, cuja apropriação pelos educandos permitiram a ruptura com a visão de mundo anteriormente concebida, ou seja, a superação dos limites explicativos evidenciados em relação aos problemas por eles vivenciados, ampliando a compreensão crítica dos alfabetizandos (leitura de mundo) ao mesmo tempo em que oportunizou a aquisição dos processos de leitura e escrita por parte dos mesmos (leitura da palavra). Como resultado desse processo de seleção e organização dos conhecimentos tem-se constituída a "Teia do Conhecimento", que no conjunto constitui o currículo a ser desenvolvido no processo de alfabetização.

A intenção com a realização do processo de alfabetização consiste em que os alfabetizandos possam, a partir da apropriação da leitura de mundo e da palavra, munir-se dos requisitos necessários para se tornar um ser humano pleno, que se assuma enquanto cidadão que luta e constrói um mundo em que todos e todas possam viver dignamente.

Nessa proposta de alfabetização cidadã, a organização metodológica, a seqüência programática e a preparação das atividades, procuram estabelecer o diálogo entre os conhecimentos, garantindo o princípio da interdisciplinaridade no desenvolvimento das atividades educativas.

Durante o desenvolvimento das atividades letivas os estudantes universitários realizaram visitas de assessoramento mensais às turmas de alfabetização com o objetivo de acompanhar o processo de alfabetização procurando estimular os alfabetizadores em suas atividades docentes, sobretudo na construção do material didático a ser utilizado no processo de alfabetização por parte dos alfabetizandos.

A avaliação da aprendizagem foi realizada de forma processual para que os alfabetizandos pudessem visualizar seu avanço e aprendizagem ao longo de todo o processo. Ela apresenta um caráter diagnóstico e formativo ao buscar promover a reorientação do trabalho pedagógico sempre que se fizer necessário ao aperfeiçoamento do mesmo.

Na avaliação do processo de alfabetização dos jovens e Adultos os alfabetizadores utilizaram um caderno de anotações onde registraram os fatos marcantes como também os avanços e as dificuldades individuais e coletivas evidenciadas pelos alfabetizandos durante o curso.

Esse registro foi complementado com as informações resultantes de um processo de auto-avaliação dos alfabetizandos, em que eles expressaram seus avanços e dificuldades durante o



processo. Essas anotações foram utilizadas para subsidiar os encontros periódicos de planejamento, acompanhamento e assessoramento realizados durante o curso.

Ao mesmo tempo, os alfabetizadores arquivaram os trabalhos individuais e coletivos desenvolvidos pelos alfabetizandos, construindo os portfólios dos alfabetizandos, os quais demonstraram de forma sistemática e concreta o desenvolvimento de cada um deles com relação a apropriação da leitura e da escrita e dos cálculos ao final do processo.

### **Avanços e Limites da Ação Educativa do Projeto Alfa-Cidadã**

A avaliação realizada sobre as atividades educativas do Projeto Alfa-Cidadã ocorreu de forma contínua, em vários momentos e instâncias do projeto, reunindo em momentos conjuntos ou mesmo separadamente formadores, estudantes universitários, alfabetizadores, coordenadores locais, representantes do movimento social e alfabetizandos. Nesses momentos foram evidenciados os avanços e os limites dos resultados da ação educativa realizada, os quais serão explicitados nessa etapa conclusiva desse trabalho.

Um dos elementos de maior destaque do Alfa-Cidadã, refere-se ao esforço por concretizar-se enquanto uma ação educativa resultante da construção coletiva de todos os formadores, estudantes universitários, alfabetizadores, coordenadores locais, representantes do movimento social e alfabetizandos envolvidos no projeto. Situação muito complexa em face da abrangência de sujeitos mobilizados pelo projeto, mas que buscava concretizar-se através das decisões coletivas definidas em torno das atividades de formação, nas definições estratégicas, no planejamento e acompanhamento das ações educativas e na sistematização das experiências acumuladas.

Outro elemento bastante enriquecedor das atividades educativas do projeto encontra-se relacionado à ampla heterogeneidade presente entre os sujeitos envolvidos no âmbito de atuação do projeto. A equipe de formadores acumula experiências de atuação na alfabetização advindas da ação própria Universidade Federal do Pará, do Programa Vento Norte da CUT, do Núcleo de Educação Popular da UEPA e da Secretaria Municipal de Educação de Belém; além dos formadores serem de campos profissionais diversos, e encontrarem-se em níveis diferenciados de formação acadêmica, incluindo-se na equipe Pedagogos, Licenciados em Letras e em Ciências Agrárias, Sociólogos, Administradores, Economistas; Doutores, Mestres, Especialistas e graduandos. Essa heterogeneidade se torna mais abrangente ainda quando consideramos a presença dos coordenadores locais, alfabetizadores e alfabetizandos, oriundos de quase todos os estados brasileiros em face do processo histórico de ocupação da Região da Transamazônica, onde o projeto é desenvolvido. Essa diversidade que compõe o grupo enriquece sobremaneira a construção coletiva das ações educativas no interior do projeto.

Outra situação inovadora consiste na definição do tema gerador central “Trabalho e Organização na Amazônia Rural” que orienta as atividades educativas no âmbito do projeto. A partir dele, são selecionados os conteúdos curriculares para a realização do processo de formação de todos os envolvidos no projeto, de forma especial os alfabetizadores e os alfabetizandos. Dessa forma, o projeto busca concretizar-se enquanto uma ação educativa voltada para a realidade Amazônica, destacando as identidades e as culturas presentes na região, como também a necessidade de se educar as populações do campo considerando as peculiaridades sociais, biológicas, ambientais e produtivas da região, com destaque para o papel e a importância da agricultura familiar e dos movimentos sociais nesse contexto.

Merece destaque também, toda a ação de formação/Escolarização dos alfabetizadores realizada durante o ano de 2003. Ao todo foram três Etapas de Formação dos Alfabetizadores, as quais reuniram o conjunto dos alfabetizadores, alunos universitários, coordenadores locais e a equipe de formadores, totalizando 300 horas de formação dos educadores para atuar

competentemente no processo de alfabetização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esses momentos foram enriquecidos com mais IV módulos de escolarização intensiva dos educadores que não apresentavam o ensino fundamental completo para obterem a certificação nesse nível de ensino, totalizando 600 horas presenciais. Nesse processo de formação/escolarização o diferencial consistiu em se buscar realizar uma ação de escolarização articulada ao processo de formação dos alfabetizadores para conduzir o processo de alfabetização, de modo que não se constituísse uma quebra na metodologia e nos encaminhamentos curriculares entre essas duas ações. Buscou-se dessa forma, compreender e concretizar a formação e a escolarização dos alfabetizadores como um processo de educação contínua, que colabora para a ampliação da consciência crítica de todos, instrumentalizando-os para conduzir de forma competente o processo de alfabetização cidadã dos alfabetizados. Um dos pontos considerados críticos na ação do projeto refere-se às Visitas de acompanhamento às turmas de alfabetização realizadas pelos alunos universitários e coordenadores locais, no mínimo uma vez por mês, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica, avaliar os resultados obtidos pelo programa e resolver distorções eventuais e problemas de funcionamento das turmas. Nesta ação enfrentaram-se como condições adversas para o seu pleno êxito, as grandes distâncias entre os assentamentos e principalmente as dificuldades de deslocamento e acesso aos assentamentos, causadas pela precariedade das estradas, sobretudo durante o período das chuvas, que deixam determinadas áreas completamente inacessíveis. Além disso, houve muitas dificuldades em se definir o caráter dessas visitas, muitas vezes os estudantes universitários e os coordenadores locais atuaram mais como observadores do que como assessores dos alfabetizadores, pois a exigüidade de duração dos encontros não permitia uma ação mais efetiva de assessoramento aos alfabetizadores. Em determinados momentos, os estudantes universitários também enfrentaram muitas dificuldades com relação às disciplinas que cursavam na universidade. O tempo necessário às visitas às turmas nos assentamentos os mantinham afastados por um longo período das atividades de ensino no Campus universitários, por esse motivo, em geral viviam ameaçados de ficarem reprovados, sobretudo nas disciplinas oferecidas em módulos intensivos.

Outro fator limitador da ação educativa do Alfa-Cidadã está diretamente relacionado às precárias condições de infra-estrutura e de iluminação dos espaços em que funcionam as turmas de alfabetização. Boa parte das turmas enfrentou problemas sérios de infra-estrutura para funcionarem adequadamente. Entre esses problemas destacam-se a falta de iluminação suficiente no ambiente em que elas funcionam, falta de carteiras, de quadro de giz, falta de parede, de telhado; fazendo com que em algumas turmas os alfabetizados assistam às aulas em pé ou sentados no chão, que escrevam no escuro ou na penumbra. É importante destacar que o projeto prevê a parceria com as prefeituras dos municípios atendidos para apoiar a realização de suas atividades, sobretudo garantindo determinados itens que não são contemplados no financiamento do projeto pelo INCRA. Nos municípios em que essa parceria funcionou, os problemas foram amenizados, porém naqueles em que houve pouca disposição dos gestores em assumir a parceria, o projeto enfrentou grandes dificuldades para realizar suas atividades educativas.

Por fim, convém destacar que a ação educativa realizada pelo Alfa-Cidadã suscitou uma grande preocupação, por parte de todos os sujeitos nele envolvidos, em relação à continuidade da escolarização dos alfabetizados após a conclusão dessa etapa da alfabetização, que ocorreu no final do mês de dezembro de 2003. Nos vários encontros que antecederam a conclusão do projeto nesse ano, os alfabetizadores em conjunto com os coordenadores locais e representantes do movimento social reivindicaram a continuidade do processo de escolarização, demandando não só o ensino fundamental nas séries iniciais e no segundo segmento, como também o ensino médio o ensino superior, dada a precariedade de oferta de

escolarização em todos os níveis de ensino nos espaços rurais da Região. Esse ao nosso ver constitui-se um passo significativo para que a demanda das populações do campo se transforme em políticas públicas de educação a serem asseguradas e atendidas pelo Estado, como direito inalienável de todos os seres humanos.

## Bibliografia

- ADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. IN: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. N.14. Campinas – SP. Mai/ Jun/ Jul/ Ago 2000.
- ANDRADE, Elizabeth Vasconcelos de. **Quem é Eva e o que é Uva. Uma abordagem pragmática e o método Paulo freire: propostas para um letramento radical**. Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Letras – Linguística da Universidade Federal do Pará. 2002.
- Brasil. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro. 2001.
- II Congresso Nacional de Educação - CONED. **Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte. 1997.
- GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E (Orgs.). **A Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 3.ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da escola cidadã: v. 5)
- MARKEZAN, Nelson. **Plano Nacional de Educação**. Versão Preliminar para análise dos Membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal. 1999.
- Projeto Alfabetização Cidadã na Transamazônica. **Projeto Político-Pedagógico**. Disponível em <http://www.ufpa.br/ce/geperuaz/alfa> . Acesso em 02 de fevereiro de 2004.
- RIBEIRO, V. M. M. (Coord.). **Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – 1º Segmento**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.